



Substitutivo ao Projeto de Lei nº 441/ 2022

Autores: Deputado Carlinhos Bessa

Estabelecem diretrizes relacionadas ao acompanhamento e tratamento para pessoas com traqueostomia e seus representantes legais no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas diretrizes para o acompanhamento e tratamento de pessoas com traqueostomia e de seus representantes legais no estado do Amazonas.

Art. 2º As diretrizes relacionadas ao acompanhamento e tratamento para pessoas com traqueostomia consistirá no cuidado e alívio do sofrimento físico, psicológico e social; na melhoria do acompanhamento clínico, do bem estar e no apoio aos pacientes e aos seus representantes legais, quando associados à traqueostomia.

Art. 3º Os cuidados são norteados pelos seguintes princípios fundamentais, respeitadas a vontade dos indivíduos ou de seus representantes legais:

- I – integrar os aspectos psicológicos e sociais ao aspecto clínico de cuidado do paciente;
- II – oferecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a abertura artificial e implantação de cânula na traqueia do paciente;
- III – oferecer um sistema de suporte para ajudar os pacientes e seus representantes legais a viverem o mais ativamente possível, asseguradas a sua dignidade e acessibilidade.

Art. 4º São objetivos gerais das diretrizes de que trata esta lei:

- I – desenvolver ações de promoção da qualidade de vida, educação, proteção e recuperação da saúde dos pacientes traqueostomizados e de seus representantes legais;
- II – usar uma abordagem interdisciplinar para acessar necessidades clínicas e psicossociais e seus familiares;
- III – conscientizar a comunidade sobre o conceito de “traqueostomia” e sua abrangência;
- IV – orientar e acompanhar os pacientes e seus representantes legais em situação de discriminação, visando à recuperação da autoestima, ao pleno desenvolvimento e à convivência harmônica;
- V – combater os atos que externalizem, fomentem ou divulguem tratamento injustificadamente diferenciado, repulsa, ofensa, desprezo ou ódio, por motivo de ser pessoa com traqueostomia.

Art. 5º As diretrizes tratadas nessa lei compreendem os seguintes níveis de atendimento:





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

I – atenção básica, que inclui ações de cunho individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde, para o desenvolvimento e acompanhamento do tratamento, bem como ações dirigidas à informação, à educação e à orientação familiar;

II – atenção de média complexidade, que inclui a triagem e o monitoramento da atenção diagnóstica e da terapêutica especializada, com exames clínicos e laboratoriais para avaliar desenvolvimento do tratamento até a recuperação do paciente;

III – atenção de alta complexidade, que inclui diagnóstico e terapêutica especializada, com eventual internação para o tratamento e acompanhamento.

Art. 6º O paciente e seus representantes legais ou familiares têm direito:

I – à informação, que deve ser clara e precisa, respeitando-se os limites da compreensão e da tolerância emocional do paciente, proporcionando-lhes conhecimento sobre os procedimentos adotados, sua forma de progressão, seu estágio de evolução para que possa exercer o direito às escolhas necessárias com relação aos tratamentos que irá receber;

II – à assistência integral, garantindo-lhe acesso à assistência por uma equipe multidisciplinar, adequadamente treinada para a execução dos princípios dos cuidados e receber assistência capaz de suprir suas necessidades físicas, psicológicas e sociais durante todo o período de traqueostomia quer seja de forma temporária ou definitiva;

III – a facilitação ao acesso a profissionais e ao fornecimento gratuito de medicamentos, procedimentos, suplementos alimentares, exames, equipamentos, cânulas e fixadores de cânulas, bem como outros insumos utilizados nos tratamentos;

IV – à garantia de internação e retorno a unidade de tratamento, nos casos de atendimentos emergenciais.

Parágrafo único. Os direitos previstos no caput são garantidos independentemente do local de tratamento do paciente, podendo ser em unidade de saúde pública, privada, domiciliar ou outra prescrita pelo profissional médico.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus 7 de junho de 2023.

CARLINHOS BESSA
DEPUTADO ESTADUAL





JUSTIFICATIVA

Remeto à análise e aprovação dessa Colenda Casa Legislativa, Projeto de Lei que estabelece diretrizes para o acompanhamento e tratamento de pessoas com traqueostomia e de seus representantes legais no estado do Amazonas.

A traqueostomia é um procedimento cirúrgico no qual uma cânula é inserida, provisoriamente ou por tempo indeterminado, por meio de um orifício na traqueia. Constitui um dos procedimentos mais frequentes em Unidades de Terapia Intensiva, com prevalência de 55,27% para os pacientes internados em UTI's.

Somada à alteração da imagem corporal, caracterizada pela presença do ostoma, é responsável por alterações na anatomia e fisiologia do sistema respiratório, fundamentais para a produção vocal. A dificuldade na comunicação verbal entre o paciente e os profissionais da saúde impõe limitações na sua condição de participação no planejamento do tratamento e da interação social. Isso normalmente é feito quando existe uma obstrução no trajeto do ar provocada por tumores ou inflamação da garganta após cirurgias, por exemplo, e, por isso, pode ser mantida apenas durante alguns dias ou por toda vida.

Nos casos em que há necessidade de utilizar a traqueostomia por muito tempo, é importante saber cuidar corretamente, para evitar complicações graves como asfixia ou até uma possível infecção pulmonar.

O doente traqueostomizado é um doente extremamente dependente dos cuidados que se lhe possam prestar, por isso, a ação de profissionais qualificados se faz necessária até mesmo para a orientação dos familiares e responsáveis pelos pacientes. A traqueostomia pode ser definitiva (quando o paciente necessita de ventilação permanente) ou temporária, ou seja, ela pode ser revertida. Tudo depende de sua durabilidade, das condições da pele que está em torno da incisão (corte) e das condições físicas da pessoa. Assim que o paciente retorna a respirar normalmente e saudavelmente, a cânula é retirada.

Quando a traqueostomia não é mais necessária é feita a decanulação, que consiste em trocar as cânulas por uma menor, sucessivas vezes, até que o paciente consiga ficar sem nenhum tubo e o orifício onde foi feito o corte feche normalmente.





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

O tempo de recuperação desta retirada pode levar de 5 a 30 dias e a fala se normaliza dias após a retirada da cânula.

No caso de dificuldade ao se retirar a cânula, como, por exemplo, obstrução da via respiratória acima da traqueia, deslocamento da parede da traqueia, edema na mucosa, intolerância ao aumento do ar, entre outras, a traqueostomia, deve ser mantida até que o problema se solucione ou, em alguns casos raros, se tornar definitiva.

Como qualquer cirurgia, a traqueostomia apresenta riscos. Algumas vezes, em pacientes cuja saúde está muito debilitada ou em casos que é necessário que o procedimento seja feito com urgência, podem ocorrer alguns incidentes como, por exemplo, sangramentos, obstrução da cânula por alguma secreção, infecção, lesão do esôfago, fístulas, edema na região, problemas ao deglutir alimentos ou cicatrização.

Como todo procedimento cirúrgico, a traqueostomia exige alguns cuidados especiais, que podem ser realizados pelo paciente ou por seus cuidados. Dentre eles, a aspiração do tubo para que fique livre de secreções e afasta possíveis infecções.

Por isso, são necessários cuidados, bem como são necessários acesso a informações, visto a própria dificuldade dos familiares e responsáveis legais dos pacientes com relação à adquirir os insumos, acessibilidade às escolas, limitação a acesso ao trabalho, bem como a uma vida ativa, entre outros direitos a que fazem jus, fazendo de suma importância a implantação de diretrizes para que seja adequado o tratamento multidisciplinar.

Por se tratar de uma iniciativa de relativa importância, nada mais justo que esta proposição seja aprovada, haja vista a relevância da mesma garantir o bem-estar e a saúde das pessoas no Estado do Amazonas.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus 7 de junho de 2023.

CARLINHOS BESSA
DEPUTADO ESTADUAL





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 07/06/2023 11:20:37

